

Acrescenta o art. 216-A à
Constituição Federal para instituir
o Sistema Nacional de Cultura.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO
FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição
Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar
acrescida do seguinte art. 216-A:

"Art. 216-A. O Sistema Nacional de
Cultura, organizado em regime de colaboração, de
forma descentralizada e participativa, institui um
processo de gestão e promoção conjunta de políticas
públicas de cultura, democráticas e permanentes,
pactuadas entre os entes da Federação e a
sociedade, tendo por objetivo promover o
desenvolvimento humano, social e econômico com
pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura
fundamenta-se na política nacional de cultura e nas
suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de
Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;
II - universalização do acesso aos bens e
serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e
circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados,
os agentes públicos e privados atuantes na área
cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

I - órgãos gestores da cultura;

II - conselhos de política cultural;

III - conferências de cultura;

IV - comissões intergestores;

V - planos de cultura;

VI - sistemas de financiamento à cultura;

VII - sistemas de informações e indicadores culturais;

VIII - programas de formação na área da cultura; e

IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2012.

MARCO MAIA
Presidente